

# Entrevista com Francisco Batista Júnior

Edsaura Maria Pereira<sup>1</sup>

Os Conselhos de Saúde surgiram em um contexto de lutas, esperanças e contradições e com a força de dois movimentos convergentes: a mobilização popular dos anos 80 em prol da democracia e do direito à saúde e o das disposições legais que criaram o SUS, conformando estruturas colegiadas de deliberação das questões políticas e técnicas do setor, com a representação de organizações da sociedade civil. Os incentivos normativos para a existência dos conselhos, aliados à politização da questão da saúde por meio da realização das conferências de saúde em todo o país têm, mesmo que ainda de maneira frágil, formado uma consciência crítica, com crescente participação cidadã e aumento do controle social em permanente vigilância dos rumos do SUS.

Neste cenário, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) tem papel destacado na formulação de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, na esfera do Governo Federal. Como órgão do Ministério da Saúde, de instância colegiada e de caráter deliberativo cabe a ele, dentre outras atribuições, estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Nacional de Saúde, assim como controlar a execução nos aspectos econômicos e financeiros. Sua atuação é também pautada pelo acompanhamento e controle do setor privado da área da saúde, credenciado mediante contrato ou convênio e pela articulação com o Ministério da Educação quanto à criação de novos cursos de ensino superior na área da saúde, no que se refere à caracterização das necessidades sociais.

Um dos destaques da atuação do CNS tem sido o fortalecimento da participação e do controle social no SUS, com o desenvolvimento de iniciativas como a Caravana em Defesa do SUS que ao longo deste ano discutiu os problemas e os avanços na saúde em cada Unidade da Federação.

A revista *Tempus Actas em Saúde Coletiva* colheu algumas reflexões de Francisco Júnior, sobre os 21 anos de luta em defesa do SUS e sobre a dinâmica da promoção da participação e do controle social na saúde. Graduado em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com pós-graduação pela Universidade Federal de Pernambuco e atuação na Secretaria de Saúde do Rio Grande do Norte, Francisco Júnior foi dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) e conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de Natal e do Conselho Estadual do Estado do Rio Grande do Norte e atualmente é o presidente do Conselho Nacional de Saúde.

**TEMPUS ACTAS** – Qual a sua análise sobre a construção do SUS no Brasil, nestes 21 anos?

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília. Consultora do Ministério da Saúde/OPAS. Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto da Saúde Pública da UFBA. Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Ciências da Saúde da UNB. Contato: edsauramaria@gmail.com

**FRANCISCO JÚNIOR** - Apesar de ser contra hegemônico e de diuturnamente enfrentar os mais variados, poderosos e complexos obstáculos, o SUS significa sem a menor sombra de dúvidas, a ferramenta que tem a maior parcela de contribuição no avanço da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros nesse período. Ao mesmo tempo, e apesar de conseguir sobreviver a todos esses ataques, tem sofrido derrotas contundentes que o levaram a enfrentar o seu momento mais difícil, nesse período da história.

**TEMPUS** – Considerando os Conselhos de Saúde como uma das grandes inovações do SUS enquanto instâncias de participação e de controle social, qual o papel destes espaços na democratização do poder no sistema de saúde brasileiro?

**FRANCISCO** - A democracia participativa no SUS é um desafio dos mais significativos, pelo fato de exigir dos diversos atores sociais e políticos uma transformação cultural mais profunda. Nesses 21 anos não conseguimos avançar conforme a expectativa criada, pela insuficiente qualificação e conseqüente deficiência na intervenção nos conselhos, principalmente daqueles que representam os movimentos sociais. Por outro lado, mesmo as experiências avançadas que construímos, esbarram infelizmente na cultura do autoritarismo e da impunidade que continuam sendo a regra nas relações institucionais do nosso país.

**TEMPUS** - Como você vê a burocratização e o corporativismo presentes no cotidiano dos Conselhos de Saúde, no Brasil?

**FRANCISCO** - Uma realidade que é conseqüência do momento histórico, da falta de qualificação política e da manutenção de uma cultura conservadora pautada no individualismo e não na defesa dos interesses coletivos, e que tem em muito prejudicado a consolidação dos Conselhos de Saúde.

**TEMPUS** - Qual a perspectiva da relação do controle social na saúde, com o modelo econômico, com o estado e com o setor privado no Brasil?

**FRANCISCO** - Estamos num momento dos mais difíceis. Está mais forte do que nunca a marca do patrimonialismo, da privatização e da defesa de interesses clientelistas. Por isso a necessidade premente do fortalecimento e da qualificação da intervenção política do movimento social. O momento atual representa sem a menor sombra de dúvidas a maior ameaça que paira sob o SUS na sua curta história, particularmente no que diz respeito à proposta clara e inequívoca de desconstrução definitiva de instrumentos estratégicos do seu arcabouço legal. O subfinanciamento, a privatização desenfreada do sistema, a descarada privatização da gestão realizada pela terceirização da gerência dos serviços, por meio de organizações sociais e similares, a precarização do trabalho e a manutenção do culto ao modelo curativo e médico hegemônico, podem inviabilizar definitivamente o SUS.

**TEMPUS** - Qual a agenda do Conselho Nacional de Saúde, para a consolidação do direito à saúde no Brasil?

**FRANCISCO** - O Conselho Nacional de Saúde deflagrou nacionalmente a defesa de uma agenda que denominamos de Agenda Positiva do SUS e que consta das seguintes propostas:

- Regulamentação da autonomia administrativa e financeira dos serviços.
- Regulamentação da profissionalização da gerência e gestão dos serviços até o cargo de diretor.
- Criação da Carreira Única do SUS, com responsabilidade tripartite pela contratação e financiamento, de acordo com as diretrizes nacionais do PCCS/SUS.
- Criação do Serviço Civil em Saúde, estabelecendo que todos os profissionais graduados em cursos da área de saúde, trabalharão pelo menos durante dois anos nos serviços SUS, de acordo com as necessidades do sistema.

**TEMPUS** – De que maneira, em sua opinião, as universidades podem contribuir com o fortalecimento do controle social na saúde?

**FRANCISCO** - As Universidades têm a possibilidade de contribuir decisivamente no fortalecimento do controle social na saúde de duas maneiras: ou participando diretamente dos conselhos, intervindo nas decisões e deliberações em cada esfera de governo, ou através dos processos de parceria com a finalidade de formar, capacitar e qualificar pessoas para atuarem nos Conselhos de Saúde.